

RACISMO AMBIENTAL E VULNERABILIDADE TERRITORIAL EM MANGUINHOS (RJ): EVIDÊNCIAS DOCUMENTAIS DAS DESIGUALDADES SOCIOAMBIENTAIS

ENVIRONMENTAL RACISM AND TERRITORIAL VULNERABILITY IN MANGUINHOS (RIO DE JANEIRO, BRAZIL): DOCUMENTARY EVIDENCE OF SOCIO-ENVIRONMENTAL INEQUALITIES

RACISMO AMBIENTAL Y VULNERABILIDAD TERRITORIAL EN MANGUINHOS (RÍO DE JANEIRO, BRASIL): EVIDENCIAS DOCUMENTALES DE LAS DESIGUALDADES SOCIOAMBIENTALES

Norma Maria de Souza¹
Isaías da Silva Pereira²

RESUMO: O racismo ambiental constitui um fenômeno estrutural nas metrópoles brasileiras, manifestando-se pela distribuição desigual dos riscos ambientais e das condições de vida entre diferentes grupos populacionais. Este artigo tem como objetivo analisar, a partir de evidências documentais e indicadores socioambientais, como processos históricos de desigualdade territorial e exclusão social contribuem para a configuração contemporânea do racismo ambiental e da vulnerabilidade territorial em Manguinhos, Rio de Janeiro. A pesquisa, de natureza qualitativa, exploratória e descritiva, fundamentou-se em pesquisa documental e revisão bibliográfica, analisando dados do IBGE, IPP, Fiocruz e IPEA produzidos entre 2010 e 2025. Os resultados evidenciam que Manguinhos concentra indicadores desfavoráveis: aproximadamente 94,93% dos domicílios com renda inferior a R\$ 1.020,00 e 11,56% com ausência simultânea de serviços essenciais, associados à precariedade de infraestrutura urbana, deficiências de saneamento e exposição a riscos hidrológicos. Conclui-se que a vulnerabilidade territorial observada não constitui condição natural, mas resultado de processos históricos de segregação socioespacial e distribuição desigual dos investimentos públicos, compatíveis com o conceito de racismo ambiental. O estudo contribui para ampliar a discussão sobre justiça ambiental e direito à cidade em territórios periféricos brasileiros.

1

Palavras-chave: Racismo ambiental. Vulnerabilidade territorial. Justiça ambiental. Manguinhos. Desigualdades socioambientais.

¹Mestre/Doutoranda em Engenharia de Biossistemas, Programa de Pós-Graduação em Engenharia de Biossistemas, Escola de Engenharia, Universidade Federal Fluminense (UFF), Niterói, RJ, Brasil. Pedagoga. Especialista em Psicopedagogia, Neuropsicopedagogia e Promoção da Saúde e Desenvolvimento Social.

²Engenheiro Agrônomo. Doutor em Engenharia Civil Sanitária e Ambiental. Professor do Colégio Técnico de Floriano (CTF), Universidade Federal do Piauí (UFPI), Floriano, PI, Brasil.

ABSTRACT: Environmental racism constitutes a structural phenomenon in Brazilian metropolises, manifesting through the unequal distribution of environmental risks and living conditions among different population groups. This article aims to analyze, based on documentary evidence and socio-environmental indicators, how historical processes of territorial inequality and social exclusion contribute to the contemporary configuration of environmental racism and territorial vulnerability in Manguinhos, Rio de Janeiro. The research, qualitative, exploratory, and descriptive in nature, was based on documentary research and bibliographic review, analyzing data from IBGE, IPP, Fiocruz, and IPEA produced between 2010 and 2025. The results show that Manguinhos concentrates unfavorable indicators: approximately 94.93% of households with income below R\$ 1,020.00 and 11.56% with simultaneous absence of essential services, associated with precarious urban infrastructure, sanitation deficiencies, and exposure to hydrological risks. It is concluded that the observed territorial vulnerability does not constitute a natural condition, but a result of historical processes of socio-spatial segregation and unequal distribution of public investments, compatible with the concept of environmental racism. The study contributes to broadening the discussion on environmental justice and the right to the city in Brazilian peripheral territories.

Keywords: Environmental racism. Territorial vulnerability. Environmental justice. Manguinhos. Socio-environmental inequalities.

RESUMEN: El racismo ambiental constituye un fenómeno estructural en las metrópolis brasileñas, manifestándose a través de la distribución desigual de los riesgos ambientales y de las condiciones de vida entre diferentes grupos poblacionales. Este artículo tiene como objetivo analizar, a partir de evidencias documentales e indicadores socioambientales, cómo los procesos históricos de desigualdad territorial y exclusión social contribuyen a la configuración contemporánea del racismo ambiental y de la vulnerabilidad territorial en Manguinhos, Río de Janeiro. La investigación, de naturaleza cualitativa, exploratoria y descriptiva, se fundamentó en investigación documental y revisión bibliográfica, analizando datos del IBGE, IPP, Fiocruz e IPEA producidos entre 2010 y 2025. Los resultados evidencian que Manguinhos concentra indicadores desfavorables: aproximadamente el 94,93% de los domicilios con ingresos inferiores a R\$ 1.020,00 y el 11,56% con ausencia simultánea de servicios esenciales, asociados a la precariedad de la infraestructura urbana, deficiencias de saneamiento y exposición a riesgos hidrológicos. Se concluye que la vulnerabilidad territorial observada no constituye una condición natural, sino el resultado de procesos históricos de segregación socioespacial y distribución desigual de las inversiones públicas, compatibles con el concepto de racismo ambiental. El estudio contribuye a ampliar la discusión sobre justicia ambiental y derecho a la ciudad en territorios periféricos brasileños.

Palabras clave: Racismo ambiental. Vulnerabilidad territorial. Justicia ambiental. Manguinhos. Desigualdades socioambientales.

1. INTRODUÇÃO

As desigualdades socioambientais constituem uma das expressões mais persistentes da urbanização brasileira. Embora as cidades concentrem oportunidades econômicas,

infraestrutura e serviços públicos, a distribuição desses benefícios ocorre de forma desigual entre diferentes grupos sociais e territórios. Como resultado, parcelas significativas da população permanecem submetidas a condições precárias de moradia, saneamento, mobilidade urbana e acesso a direitos fundamentais, evidenciando que a produção do espaço urbano está diretamente associada às relações históricas de poder, renda e exclusão social (SANTOS, 2008; HARVEY, 2004).

No Brasil, a formação das desigualdades territoriais possui raízes profundas nos processos de colonização, concentração fundiária e exploração da mão de obra escravizada. A estrutura socioeconômica construída ao longo dos séculos produziu mecanismos permanentes de segregação espacial que limitaram o acesso de populações negras e pobres à terra, à moradia adequada e às oportunidades de desenvolvimento social (PRADO JÚNIOR, 1972; MARTINS, 1994; FERNANDES, 2008). A urbanização acelerada observada no Brasil durante o século XX contribuiu para a expansão de assentamentos precários e para a ocupação de áreas ambientalmente vulneráveis por populações historicamente excluídas dos processos formais de acesso à terra urbana (SANTOS, 2008; ACSELRAD et al., 2009).

O conceito de racismo ambiental emerge como importante ferramenta analítica para compreender a distribuição desigual dos riscos ambientais entre diferentes grupos populacionais. Bullard (1993) demonstrou que populações negras e socialmente vulnerabilizadas tendem a ser expostas de forma desproporcional aos impactos ambientais negativos. No contexto brasileiro, o racismo ambiental manifesta-se pela concentração de populações negras e pobres em áreas caracterizadas pela precariedade da infraestrutura urbana, deficiência de saneamento básico e elevada exposição a situações de risco (HERCULANO, 2008; JESUS, 2020). A perspectiva da justiça ambiental amplia essa discussão ao evidenciar que grupos socialmente vulnerabilizados tendem a suportar uma parcela desproporcional dos danos ambientais, enquanto os benefícios do desenvolvimento urbano são distribuídos de forma desigual (ACSELRAD et al., 2009; PORTO; PORTO, 2015).

Entre os territórios que expressam essas contradições encontra-se Manguinhos, localizado na Zona Norte do município do Rio de Janeiro. Reconhecido por sua importância histórica e pela presença de instituições de referência nacional, como a Fundação Oswaldo Cruz (Fiocruz), o território também apresenta desafios relacionados à vulnerabilidade socioambiental, precariedade da infraestrutura urbana, limitações de saneamento básico, exposição a riscos hidrológicos e desigualdades sociais historicamente acumuladas

(FERNANDES; COSTA, 2013; SILVA, 2021). Embora diversos estudos abordem aspectos específicos da realidade local, ainda são necessárias investigações capazes de integrar indicadores socioeconômicos, dados territoriais e documentos institucionais para compreender como os processos históricos de desigualdade continuam influenciando as condições socioambientais do território.

O presente estudo tem como objetivo analisar, a partir de evidências documentais e indicadores socioambientais, como processos históricos de desigualdade territorial e exclusão social contribuem para a configuração contemporânea do racismo ambiental e da vulnerabilidade territorial em Manguinhos, Rio de Janeiro.

2. METODOLOGIA

2.1 Caracterização da Pesquisa

A pesquisa caracteriza-se como qualitativa, de natureza exploratória e descritiva, desenvolvida por meio de pesquisa documental e revisão bibliográfica de apoio. Segundo Gil (2008), as pesquisas exploratórias buscam proporcionar maior familiaridade com o problema investigado, enquanto as pesquisas descritivas têm como objetivo caracterizar fenômenos, populações ou situações específicas. A abordagem qualitativa foi adotada por permitir a compreensão e interpretação de fenômenos sociais complexos relacionados às desigualdades socioambientais e aos processos de vulnerabilização territorial (MINAYO, 2014).

4

A pesquisa documental constituiu o principal procedimento técnico empregado no estudo. De acordo com Gil (2008) e Cellard (2008), a pesquisa documental possibilita a utilização de fontes primárias e secundárias para a compreensão de fenômenos históricos, sociais e territoriais, permitindo a análise crítica de documentos produzidos por instituições públicas e privadas.

Foram analisados documentos, relatórios técnicos, bases estatísticas e estudos disponibilizados pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), Instituto Pereira Passos (IPP), Fundação Oswaldo Cruz (Fiocruz) e Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA), produzidos entre 2010 e 2025, abrangendo informações socioeconômicas, ambientais e territoriais relacionadas ao Complexo de Manguinhos. A seleção das fontes considerou sua relevância temática, disponibilidade pública e aderência aos objetivos da pesquisa.

Entre os documentos analisados, destacam-se estudos recentes produzidos sobre o território de Manguinhos, incluindo levantamentos socioeconômicos baseados no Censo

Demográfico de 2010, utilizados para subsidiar a interpretação das condições de vulnerabilidade social e ambiental do território (SOUZA et al., 2025). Reconhece-se como limitação o uso de dados censitários de 2010 para uma análise contemporânea, razão pela qual os resultados foram interpretados considerando a permanência das estruturas de desigualdade no território, conforme documentado em estudos mais recentes.

Complementarmente, realizou-se revisão bibliográfica destinada a subsidiar a interpretação dos dados documentais, contemplando produções científicas relacionadas à justiça ambiental, racismo ambiental, vulnerabilidade territorial e desigualdades socioambientais.

A interpretação dos documentos foi realizada por meio da análise de conteúdo temática proposta por Bardin (2016). Buscou-se estabelecer relações entre os indicadores socioeconômicos, ambientais e territoriais, permitindo compreender como essas dimensões se articulam na produção da vulnerabilidade territorial e do racismo ambiental em Manguinhos.

A análise dos resultados foi orientada pelo conceito de racismo ambiental, compreendido como um processo social e territorial que produz distribuição desigual dos riscos ambientais e do acesso aos direitos urbanos entre diferentes grupos populacionais (HERCULANO, 2008; JESUS, 2020).

Por utilizar exclusivamente dados secundários de domínio público e documentos institucionais sem identificação individual dos sujeitos, a pesquisa não demandou apreciação por Comitê de Ética em Pesquisa, conforme a Resolução nº 510/2016 do Conselho Nacional de Saúde.

5

2.2 Área de Estudo: Manguinhos

A compreensão das desigualdades socioambientais observadas em Manguinhos exige a análise dos processos históricos que moldaram a ocupação e a organização territorial dessa região da cidade do Rio de Janeiro. Mais do que um espaço geográfico delimitado, Manguinhos representa um território socialmente produzido, cuja configuração atual resulta da interação entre processos de urbanização, políticas públicas, transformações econômicas e dinâmicas de exclusão territorial acumuladas ao longo do tempo.

Localizado na Zona Norte do município do Rio de Janeiro, Manguinhos integra um conjunto de comunidades historicamente inseridas em uma das áreas mais urbanizadas e industrializadas da cidade. Sua ocupação intensificou-se ao longo do século XX, especialmente em decorrência da expansão ferroviária, da instalação de atividades industriais e da crescente

demanda por moradia por parte das populações trabalhadoras excluídas dos mercados formais de habitação (FERNANDES; COSTA, 2013).

A formação das comunidades que compõem o Complexo de Manguinhos ocorreu em um contexto marcado pela rápida urbanização da cidade e pela insuficiência de políticas públicas voltadas à habitação popular. Como consequência, parcelas significativas da população passaram a ocupar áreas caracterizadas por fragilidades ambientais, proximidade de corpos hídricos e baixa oferta de infraestrutura urbana (MARICATO, 2015). Ao longo das décadas, a região consolidou-se como um território de forte densidade populacional, marcado pela coexistência entre importantes instituições públicas, áreas industriais e extensos assentamentos populares.

Do ponto de vista físico-ambiental, Manguinhos apresenta características que contribuem para a ampliação da vulnerabilidade territorial. O território encontra-se inserido em uma área influenciada pelos rios Faria Timbó e Jacaré, além do Canal do Cunha, corpos hídricos historicamente impactados pelo processo de urbanização. Associadas à elevada impermeabilização do solo, à deficiência dos sistemas de drenagem e à reduzida cobertura vegetal, essas condições favorecem a ocorrência de enchentes e alagamentos que afetam diretamente a população residente (FIOCRUZ, 2018).

6

Nas últimas décadas, diferentes intervenções urbanas foram implementadas na região, destacando-se as ações vinculadas ao Programa de Aceleração do Crescimento (PAC-Manguinhos). Apesar dos avanços alcançados em determinados setores, estudos indicam que parte significativa dos problemas estruturais relacionados à vulnerabilidade socioambiental permaneceu presente, revelando os limites das intervenções pontuais diante de desigualdades historicamente construídas (SILVA, 2021).

Dessa forma, Manguinhos constitui um caso emblemático para a análise das relações entre vulnerabilidade territorial, desigualdades socioambientais e racismo ambiental, uma vez que concentra múltiplas dimensões da exclusão urbana presentes em diversas periferias brasileiras.

3. RESULTADOS E DISCUSSÃO

3.1 Vulnerabilidade socioeconômica e desigualdade territorial em Manguinhos

A análise documental evidenciou que Manguinhos reúne um conjunto de indicadores que caracterizam um território marcado por vulnerabilidades socioeconômicas persistentes,

refletindo processos históricos de exclusão social e segregação espacial. Os documentos consultados demonstram predominância de população negra, elevados índices de pobreza e limitações estruturais relacionadas ao acesso à infraestrutura urbana e aos serviços públicos essenciais (IBGE, 2010; SOUZA et al., 2025).

Os resultados indicam que aproximadamente 94,93% dos domicílios apresentavam renda mensal inferior a R\$ 1.020,00, enquanto 11,56% registravam ausência simultânea de serviços considerados essenciais (SOUZA et al., 2025). Esses indicadores revelam que a vulnerabilidade em Manguinhos não se restringe à dimensão econômica, mas resulta da sobreposição de múltiplas privações que comprometem as condições de vida da população. A insuficiência de renda associa-se às limitações de saneamento básico, infraestrutura urbana, mobilidade, educação e acesso às políticas públicas, configurando um quadro de vulnerabilidade estrutural.

Sob essa perspectiva, os resultados confirmam que a desigualdade territorial constitui um processo socialmente produzido. Conforme argumenta Santos (2008), o espaço urbano é resultado de relações econômicas, políticas e sociais que distribuem de maneira desigual os benefícios do desenvolvimento. Em Manguinhos, essa dinâmica manifesta-se na permanência de déficits estruturais mesmo em uma área localizada próxima a importantes equipamentos públicos e científicos, evidenciando que a proximidade física dos investimentos não implica necessariamente acesso equitativo aos seus benefícios.

Os resultados também corroboram a interpretação de Acsehrad, Mello e Bezerra (2009), segundo a qual as desigualdades socioambientais são produzidas pela distribuição desigual dos riscos e das oportunidades urbanas. Assim, os indicadores observados não representam situações isoladas, mas expressam processos históricos de segregação territorial que continuam condicionando as oportunidades de desenvolvimento da população residente.

3.2 Vulnerabilidade ambiental e produção social dos riscos

A análise documental demonstra que a vulnerabilidade ambiental de Manguinhos resulta da interação entre características naturais do território e processos históricos de urbanização. Inserido em uma área influenciada pelos rios Faria Timbó e Jacaré e pelo Canal do Cunha, o território apresenta elevada suscetibilidade a enchentes, alagamentos e problemas associados à drenagem urbana, condições agravadas pela intensa impermeabilização do solo e elevada densidade de ocupação.

Embora essas características físicas contribuam para ampliar os riscos ambientais, os documentos analisados indicam que os impactos observados decorrem principalmente da forma como o processo de urbanização ocorreu ao longo das últimas décadas. A ocupação de áreas ambientalmente frágeis, associada à insuficiência histórica de investimentos em infraestrutura de drenagem, saneamento básico e planejamento urbano, transformou processos naturais em fatores permanentes de vulnerabilidade social.

Dados recentes do IBGE (2024) indicam que aproximadamente 14,3 milhões de brasileiros vivem em áreas suscetíveis a riscos geológicos e hidrológicos. Entretanto, em Manguinhos, esses riscos assumem maior complexidade em razão da coexistência entre elevada densidade populacional, precariedade habitacional e limitações históricas da infraestrutura urbana. Estudos desenvolvidos pela Fiocruz e pelo Programa TEIAS Manguinhos evidenciam que tais condições potencializam impactos sobre a saúde coletiva, ampliando a incidência de doenças relacionadas às deficiências sanitárias e aos eventos hidrológicos extremos.

Os resultados dialogam diretamente com Porto e Porto (2015), que defendem que os riscos ambientais são socialmente produzidos e distribuídos de maneira desigual entre diferentes grupos sociais. Sob essa perspectiva, enchentes, alagamentos e problemas sanitários observados em Manguinhos não constituem apenas eventos ambientais, mas expressam

3.3 Racismo ambiental como expressão das desigualdades socioambientais

A integração entre os indicadores socioeconômicos e ambientais permite compreender que Manguinhos reúne características compatíveis com os processos descritos pela literatura como racismo ambiental. A concentração de população negra em um território historicamente submetido à precariedade da infraestrutura urbana, à deficiência de saneamento básico e à exposição recorrente a riscos ambientais evidencia a convergência entre desigualdades sociais, territoriais e ambientais.

Bullard (1993) define o racismo ambiental como a distribuição desproporcional dos impactos ambientais negativos sobre determinados grupos sociais, especialmente populações racialmente discriminadas e economicamente vulneráveis. No contexto brasileiro, Herculano (2008) e Jesus (2020) demonstram que esse fenômeno se manifesta principalmente pela permanência de populações negras em territórios marcados pela precariedade ambiental e pela insuficiência de investimentos públicos.

Os resultados desta pesquisa não permitem estabelecer uma relação causal direta entre raça e vulnerabilidade, reconhecendo a complexidade dos fatores que produzem desigualdades territoriais. Entretanto, a convergência entre vulnerabilidade socioeconômica, segregação territorial, predominância de população negra e exposição diferenciada aos riscos ambientais constitui um conjunto consistente de evidências compatível com os processos de racismo ambiental descritos pela literatura especializada.

Essa interpretação reforça que a vulnerabilidade territorial observada em Manguinhos não representa uma condição natural do espaço urbano. Ao contrário, constitui resultado de decisões históricas relacionadas ao planejamento urbano, à ocupação desigual do território e à distribuição seletiva dos investimentos públicos. Nesse sentido, a análise documental evidencia que o racismo ambiental se materializa não apenas por práticas discriminatórias explícitas, mas também por mecanismos institucionais que reproduzem desigualdades na distribuição dos riscos ambientais e das oportunidades de acesso aos direitos urbanos.

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente estudo teve como objetivo analisar, a partir de evidências documentais e indicadores socioambientais, como processos históricos de desigualdade territorial e exclusão social contribuem para a configuração contemporânea do racismo ambiental e da vulnerabilidade territorial em Manguinhos, Rio de Janeiro.

Os resultados evidenciaram que Manguinhos apresenta um conjunto de características associadas à vulnerabilidade socioambiental, incluindo baixos níveis de renda, limitações históricas de acesso à infraestrutura urbana, deficiências de saneamento básico e exposição recorrente a riscos ambientais. Esses elementos demonstram que as desigualdades observadas não decorrem exclusivamente de fatores naturais ou circunstanciais, mas resultam de processos históricos de ocupação territorial, segregação socioespacial e distribuição desigual dos investimentos públicos.

A análise documental permitiu identificar que os indicadores sociais e ambientais presentes em Manguinhos convergem para um quadro compatível com processos de racismo ambiental. Nesse sentido, a vulnerabilidade territorial observada no território não constitui uma condição natural ou inevitável, mas uma construção histórica associada às permanências da exclusão social e racial na produção do espaço urbano brasileiro.

Como contribuição científica, o estudo amplia a discussão sobre justiça ambiental e vulnerabilidade territorial ao evidenciar como processos históricos de desigualdade continuam influenciando as condições socioambientais de populações urbanas vulnerabilizadas. Além disso, oferece subsídios para a formulação de políticas públicas voltadas à redução das desigualdades territoriais, com ênfase no fortalecimento do saneamento básico, na mitigação dos riscos socioambientais e na promoção do direito à cidade.

Os resultados obtidos confirmam a relevância da pesquisa documental como instrumento de compreensão das desigualdades socioambientais urbanas. Contudo, destaca-se que a utilização exclusiva de dados secundários e documentos institucionais constitui uma limitação da presente pesquisa. Recomenda-se que estudos futuros incorporem entrevistas, observação de campo, cartografia social e metodologias participativas, permitindo aprofundar a compreensão das experiências vividas pela população de Manguinhos e suas estratégias de resistência diante das desigualdades socioambientais e territoriais.

REFERÊNCIAS

- ACSELRAD, Henri; MELLO, Cecília Campello do Amaral; BEZERRA, Gustavo das Neves. **O que é justiça ambiental**. Rio de Janeiro: Garamond, 2009.
- BARDIN, Laurence. **Análise de conteúdo**. São Paulo: Edições 70, 2016.
- BULLARD, Robert D. **Confronting Environmental Racism: Voices from the Grassroots**. Boston: South End Press, 1993.
- CELLARD, André. A análise documental. In: POUPART, Jean et al. **A pesquisa qualitativa: enfoques epistemológicos e metodológicos**. Petrópolis: Vozes, 2008. p. 295-316.
- FERNANDES, Florestan. **A integração do negro na sociedade de classes**. 5. ed. São Paulo: Globo, 2008.
- FERNANDES, Tania Maria; COSTA, Renato Gama-Rosa. As comunidades de Manguinhos na história das favelas no Rio de Janeiro. **Tempo**, Niterói, v. 19, n. 34, p. 117-133, 2013. DOI: 10.5533/TEM-1980-542X-2013173410.
- FIOCRUZ. **Território, ambiente e saúde em Manguinhos**. Rio de Janeiro: Fundação Oswaldo Cruz, 2018.
- GIL, Antonio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2008.
- HARVEY, David. **O novo imperialismo**. São Paulo: Loyola, 2004.
- HERCULANO, Selene. O clamor por justiça ambiental e contra o racismo ambiental. **InterfaceHS**, São Paulo, v. 3, n. 1, p. 1-20, 2008.

IBGE - INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Censo Demográfico 2010: Características da população e dos domicílios: resultados do universo**. Rio de Janeiro: IBGE, 2010.

IBGE - INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **População em áreas de risco no Brasil**. Rio de Janeiro: IBGE, 2024.

JESUS, Victor de. Racializando o olhar (sociológico) sobre a saúde ambiental em saneamento da população negra: um continuum colonial chamado racismo ambiental. **Saúde e Sociedade**, São Paulo, v. 29, e180519, 2020. DOI: 10.1590/S0104-12902020180519.

MARICATO, Ermínia. **Para entender a crise urbana**. São Paulo: Expressão Popular, 2015.

MARTINS, José de Souza. **O poder do atraso: ensaios de sociologia da história lenta**. São Paulo: Hucitec, 1994.

MINAYO, Maria Cecília de Souza. **O desafio do conhecimento: pesquisa qualitativa em saúde**. 14. ed. São Paulo: Hucitec, 2014.

PORTO, Marcelo Firpo de Souza; PORTO, Philippe Seyfarth de Souza. Desastres, crise e justiça ambiental: reflexões a partir do contexto brasileiro. **O Social em Questão**, Rio de Janeiro, v. 18, n. 33, p. 153-176, 2015.

PRADO JÚNIOR, Caio. **Formação do Brasil contemporâneo**. São Paulo: Brasiliense, 1972.

SANTOS, Milton. **A natureza do espaço: técnica e tempo, razão e emoção**. 4. ed. São Paulo: Edusp, 2008.

SILVA, Gilson Ribeiro da. **Análise do PAC-Favelas em Manguinhos: das remoções à urbanização**. 2021. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Seropédica, 2021.

SOUZA, Norma Maria et al. Cartografia do racismo ambiental: um levantamento das características socioeconômicas do censo de 2010 no complexo de Manguinhos-RJ. **Revista Tamoios**, v. 21, n. 2, p. 244-259, 2025.